

**PERCEPÇÕES ESPACIAIS E RELAÇÕES SOCIAIS: CONEXÕES ENTRE O DIREITO À CIDADE E O URBANISMO TÁTICO****SPATIAL PERCEPTIONS AND SOCIAL RELATIONS: CONNECTIONS BETWEEN THE RIGHT TO THE CITY AND TACTICAL URBANISM****Marcia Maria Couto Mello<sup>1</sup>****Julia Dias Gomes<sup>2</sup>****Leticia Dias Gomes<sup>3</sup>****Thiago Borges Mendes<sup>4</sup>****RESUMO**

A estrutura física das cidades encontra-se em constante evolução, cada vez mais fluida e aberta a transformações, deixando os núcleos urbanos preparados para responder e organizar as pressões que sofrem pela própria produção do espaço. No que diz respeito à dimensão temporal, o efêmero toma importância sobre como devemos utilizá-lo como uma alternativa para alcançar as transições urbanas, sem que se prenda a apenas uma solução. O estudo se apresenta como uma discussão da temática da ação urbanística tática como elemento intermediário entre o direito à cidade e a cidade cinética. Por meio de uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, se constrói um pensamento sobre as mudanças que ocorrem nas cidades ao longo do tempo, o poder de transformação que os indivíduos possuem em planejar e criá-la, trazendo para reflexão a reafirmação do direito à mesma. Dotado de uma lógica “local”, o urbanismo tático ou efêmero, responde às necessidades dos cidadãos vinculados à onde vivem,

---

<sup>1</sup> Doutorado e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Licenciada em Desenho pela Universidade Católica do Salvador. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador. Afiliação: Universidade Salvador. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6676449118410506>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2299-3117>. E-mail: [marcia.mello@unifacs.br](mailto:marcia.mello@unifacs.br)

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador. Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Estado de Santa Catarina, com graduação sanduíche pela Budapest University of Technology and Economics. Afiliação: Universidade Salvador. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0735429031627328>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5664-7407>. E-mail: [juliadiasgomes@hotmail.com](mailto:juliadiasgomes@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Engenharia Civil pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Estado de Santa Catarina, com graduação sanduíche pela Budapest University of Technology and Economics. Afiliação: Universidade do Estado de Santa Catarina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2251902958886759>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9505-2687>. E-mail: [leticiadiasgomes@hotmail.com](mailto:leticiadiasgomes@hotmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Teoría y Práctica del Proyecto de Arquitectura pela Universitat Politècnica de Catalunya, mestre em Engenharia Civil pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialização em Projeto Arquitetônico e a Cidade, Universidade Do Vale De Itajaí. Arquiteto e Urbanista, pelo Centro Universitário de Jaraguá do Sul. Professor do Centro Universitário - Católica de Santa Catarina em Joinville. Afiliação: Centro Universitário - Católica de Santa Catarina. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5441680240147192>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0429-3114>. E-mail: [tborgesmendes@gmail.com](mailto:tborgesmendes@gmail.com)

dinamizando os conceitos do direito à cidade, e tenta aproximar as percepções espaciais com as relações sociais.

**Palavras-chave:** Cidade cinética. Urbanismo tático. Intervenções efêmeras. Direito à cidade. Espaço urbano.

## ABSTRACT

The physical structure of the cities is in constant evolution, increasingly fluid and open to transformations, with the urban nuclei being prepared to respond and organize the pressures they suffer from the very production of space. Regarding the temporal dimension, the ephemeral takes importance on how we should use in a temporal way an alternative to achieve the urban transitions, without being stuck to only one solution. The study presents itself as a discussion of the theme of tactical urbanistic action as an intermediary element between the right to the city and the kinetic city. Through a qualitative approach, with an exploratory character, it builds a thought about the changes that occur in cities over time, the transformation power that individuals have in planning and creating it, bringing to reflection the reaffirmation of the right to the city. It is concluded that the transformations on the urban reflect the city as kinetic, in constant change and movement, highlighting the role of tactical urbanism. Endowed with a "local" logic, tactical or ephemeral urbanism responds to the needs of citizens linked to where they live, dynamizing the concepts of the right to the city, and tries to approximate the transformation of urban space with ephemeral interventions.

**Keywords:** Kinetic city. Tactical urbanism. Ephemeral interventions. Right to the city. Urban space.

## INTRODUÇÃO

No final da década de 1960, Lefebvre (2001) consolidava o termo Direito à Cidade no contexto das manifestações e reivindicações que ocorriam em Paris, devido às transformações físicas que se pretendiam, entre outros episódios, destruir bairros tradicionais para implantação de edifícios em altura. A leitura do autor sobre o cenário urbano naquela década propunha que o Direito à Cidade se caracterizasse como uma ruptura sobre a lógica das transformações urbanas difundidas pelo capitalismo. Posteriormente, na ampliação deste debate, autores como Friedmann (1993) e Harvey (2012), afirmaram que a cidade somente poderia ser assim chamada quando suas ruas pertencessem de fato aos cidadãos, o que seria demonstrado pelo controle sobre os atuais e futuros processos de urbanização.

Pontuado por Brandlhuber, Grawert e Ngo (2019), e anteriormente discutido por Lefebvre (2001),

o debate sobre a questão da igualdade ao acesso à cidade pode ser visto como um confronto *no cerco aos terrenos comuns*, que são vinculados à exploração capitalista, e acompanham a privatização dos bens comuns e de eventos desde a década de 1970, como a crise financeira e o incremento do neoliberalismo.

No viés do direito à cidade, Lefebvre (2001) visualiza a revolução marxista além da produção urbana: o autor desenvolve o conceito em torno das relações sociais. Essas relações, segundo o autor, visam criar uma espécie de autonomia urbana, encontrando no espaço urbano o local de sua realização (Levy e Marino, 2020).

Apesar de o direito à cidade vir rodeado de questões sociais, a questão urbana ainda possui uma complexidade ao que percebida a partir da atuação e participação do indivíduo sobre o espaço urbano. Sassen (2016) pontua que as cidades se caracterizam como sistemas complexos que, apesar de incompletos, amparam as possibilidades de se fazer o urbano. O urbano sofre diferentes transformações em escalas ou processos, não se tratando de apenas um processo estático, de modo que grandes desafios vêm sendo enfrentados tanto pelas principais tendências econômicas, como em processos causados pelo próprio crescimento urbano. Desta forma, a cidade adquire uma característica temporal, acima de sua dimensão urbana, onde os problemas urbanos podem encontrar algumas soluções sobre o também planejamento temporal.

Levy e Marino (2020) discorrem que o impacto na obra de Lefebvre (2001) ainda provoca um grande debate sobre a esfera urbana, colocando a cidade como um direito, e não como um espaço de intervenção urbana. O propósito de prolongar o debate sobre o papel do indivíduo no cenário urbano toma forma a partir do momento que se pode pensar na atuação coletiva como uma dimensão sobre o debate do direito à cidade, proporcionando pontos de discussão do planejamento.

O planejamento urbano atual proporciona intervenções em larga escala estabelecidas de cima para baixo, controlando os processos e resultando em espaços sem memórias e articulações sociais. Desta forma, surgem ações práticas que propiciam o surgimento de um planejamento que envolve a sociedade nesse processo desde o início, propondo a construção do indivíduo como ser articulador do espaço.

Macêdo e Almeida (2018), assim como Balem (2017) asseguram que o que se pode chamar de urbanismo tático surge no contexto de proporcionar com que a cidade realize tais transformações, com projetos e ações temporárias que destacam-se no cenário atual, utilizando a microescala do espaço como forma de pôr em prática intervenções coletivas. Fischer (1992) complementa que ao analisar a natureza e o significado de “poder local”, o campo de investigação torna-se complexo e fascinante, tal a diversidade de temas e epistemologias.

Percebe-se que as mudanças no espaço coletivo são acompanhadas pela construção de ações sobre a paisagem temporal e apresentam a arquitetura não só como espetáculo da cidade. Ante uma

perspectiva na qual ocorrem mudanças demográficas e de escala contínuas, os problemas da cidade acabam por evoluir em ritmo bem superior às respostas possíveis do planejamento urbano, resultando em um planejamento que encontra pouco tempo para pensar o futuro em virtude das demandas presentes.

Pela observação do poder das transformações perpetuadas pelos indivíduos nas cidades, Mehrotra e Benítez (2017) conceberam a teoria da cidade cinética – destinada a entender os acontecimentos que resultavam em paisagens transitórias e espaços temporais (efêmeros). Sem embargo, é expressa a ideia de que, muitas vezes, o desenvolvimento das cidades distancia o urbanismo do contexto social do qual ele deveria emergir. A cidade cinética diz respeito à situação na qual se debate o papel do urbanismo como elemento de transformação da condição urbana. A cidade apresenta um potencial de mudanças e reconfigurações, permitindo compreender a forma do urbanismo contemporâneo como ferramenta de mudança dos papéis da sociedade sobre os espaços.

A cidade cinética não pode ser assumida apenas como um elemento transformador ou improvisado. Ela é símbolo de uma articulação temporal na ocupação dos espaços, com a criação de uma sensibilidade rica em razões espaciais que inclui o que pode ser absorvido da condição urbana (MEHROTRA E BENÍTEZ, 2018). A cidade é dotada de uma lógica que encontra sua definição próxima ao urbanismo efêmero, sendo um instrumento conceitual que engloba formas de urbanismo que se adaptam à realidade local.

A partir dos parâmetros expostos, este trabalho tem como objetivo discutir a temática do urbanismo tático como elemento articulador entre as posições defendidas principalmente por Lefebvre (2001), por meio do *direito à cidade*, e Mehrotra e Benítez (2017, 2018), conforme a teoria da *cidade cinética*. A metodologia adotada apoia-se na pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, por possibilitar a intimidade com o problema, aperfeiçoando os conceitos que a tornem mais explícitos (GIL, 2002). Foram realizadas pesquisas documentais baseadas em artigos científicos, históricos e sociais centrados nas relações entre tempo e espaço no cenário urbano.

Desta forma, o trabalho envolve a problemática de reconhecer os limites e potenciais do urbanismo tático como ferramenta para reafirmação do direito à cidade e, em meio ao cenário da cidade cinética, levantar questionamentos sobre como a participação democrática e coletiva nos espaços urbanos pode influenciar o processo de planejamento urbano e de construção do comum.

Na primeira parte deste estudo, são destacadas as transformações ocorridas na crise do planejamento urbano, abordando o enfraquecimento do neoliberalismo e o surgimento de novas abordagens urbanas sobre o planejamento e produção social. Em seguida, ressaltam-se as intervenções

táticas/efêmeras que aparecem no cenário contemporâneo, trazendo como principal instrumento a participação urbana na construção de espaços coletivos.

Na segunda parte, aprofunda-se o conceito de cidade cinética ante a importância das mudanças temporais na paisagem urbana, priorizando o efeito do urbanismo tático sobre essa discussão. Por fim, o conceito do direito à cidade aparece como instrumento de reafirmação e reflexão proposto por Lefebvre sobre a participação das pessoas na construção dos espaços, correlacionando-o com a cidade cinética e o papel do urbanismo efêmero. Como conclusão são apresentadas as principais questões acerca da temática abordada, destacando os benefícios que as intervenções urbanas são capazes de aportar ao planejamento urbano, à gestão democrática dos espaços e à participação coletiva.

## **DO NEOLIBERALISMO À CRISE DO PLANEJAMENTO URBANO**

Anos de 1980, o reconhecimento da racionalidade neoliberal estimulou a busca de um modelo urbano voltado para os interesses econômicos, excluindo a participação popular sobre as decisões dos governos. Por consequência, iniciaram-se os debates sobre os recursos comuns, sendo apontada como resposta a gestão comunitária e democrática (DARDOT e LAVAL, 2017)

Disto, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas com as lutas sociais pelo espaço público, que motivaram a sociedade a criar espaços alternativos de interesse cultural e centros de ocupação ilegal, como forma de resistência aos projetos de grande escala e contra as diversas formas de gentrificação, como podem ser observadas em diversos países, como a Alemanha, Holanda, Suíça, Canadá, Estados Unidos, França e Ásia. Schmid (2017) aponta o começo de movimentos sociais, partindo principalmente dos jovens, contra a baixa qualidade da vida urbana e demandando o cumprimento da promessa sobre a qual se apoia o direito à cidade. As cidades oferecem a promessa de liberdade, oportunidades para o encontro, cultura urbana e apropriação do espaço público.

Mendes e Cava (2017) pontuam que para Harvey, a acumulação primitiva do capital no centro do antagonismo político foi causada pelos debates iniciados em 1970 como a principal contradição a ser combatida. O autor identifica que o conflito entre a acumulação de capital e o comum se dão na crise do capitalismo. Nesse sentido, a acumulação do capital é operada por meio das crises econômicas e sociais, onde o conceito utilizado pelo autor exprime que a acumulação atrai atenção para vários processos de expropriação do comum.

Se tomarmos como base o que Harvey (2014) adota para exemplificar a crise do capitalismo e o bem comum, podemos ver uma limitação para com a qual o autor explica que o efeito da acumulação não é o centro de um antagonismo que produziu essa crise. A acumulação que gera os problemas urbanos é

resultado de uma investida primeira do capital, e não a tentativa do neoliberalismo em “perseguir” a produção social. Em um primeiro momento, a argumentação do autor seria de que o núcleo principal de “comunização” garantisse a relação entre grupos sociais e o aspecto do bem comum.

No entanto, Harvey (2014) pontua que mesmo com a acumulação do capital, o comum está sendo continuamente produzido, a partir das atividades diárias, das lutas que são criadas todos os dias e nas relações sociais. Desta forma, o comum apresenta-se como a linguagem sobre a qual criam-se as práticas sociais que estabelecem os modos de sociabilidade que definem as relações sobre o ambiente urbano.

Ao comentar sobre as consequências do crescimento urbano acelerado, Lefebvre (2001) se voltou sobre as consequências do crescimento urbano acelerado e sua preocupação com a racionalidade divulgada pelas cidades, quando retratou que o desenvolvimento urbano estava marcado por uma massiva imigração vinda das áreas rurais para as urbanas e por uma mudança nas estruturas espaciais, onde o planejamento urbano funcionalista levou a uma reestruturação das áreas urbanas degradadas.

A prolongada crise do planejamento urbano, sentida principalmente após 1970, é marcada no contexto brasileiro a partir de 1970, onde o planejamento urbano atinge o seu pleno desenvolvimento. A intensificação dos movimentos sociais permitiu o debate para a reforma urbana, intensificado principalmente após a Constituição de 1988, que passou a assegurar alguns direitos urbanísticos. Apesar de uma evolução na esfera do direito à cidade, Bassul (2002) sintetiza bem o poder de uso sobre o espaço, onde mesmo contendo esses esforços promovidos por coletivos, as cidades ainda são aproveitadas por poucos. Gledhill e Hita (2018) sintetizam que após 1980, as metrópoles latino-americanas passam a priorizar o resgate de centros históricos que reestabelecem os processos de renovação das cidades. Porém, essa revitalização possui um potencial excludente sobre o acesso ao público, tornando assim o conceito do direito à cidade longe de ter seu real significado.

No que diz respeito ao discurso trazido pelo neoliberalismo, Harvey (2012) pontua que a livre concorrência atrelada com a ineficiência do estado causa consequências sobre o espaço urbano, sendo relacionadas à identificação e vínculo das pessoas com os espaços públicos, concebidos sem o compartilhamento do poder público com os cidadãos, e tornando o acesso à cidade cada vez mais mediado pela relação cliente/consumidor, ou mesmo por um valor de uso e de troca, transformando a qualidade de vida mercantilizada.

As condições atuais das cidades passam a criar espaços nos quais novas estruturas buscam um tipo de envolvimento sobre uma nova trajetória, oferecendo situações que possam gerar diferença, por meio de atores envolvidos diretamente com a produção do espaço, gerando uma série de condições objetivas sem se importar se os envolvidos querem ou não (SASSEN, 2016). Por consequência, Gadanho (2016) descreve que a urbanização neoliberal origina uma emergência nas cidades informais, onde

organismos profissionais e especialistas voltam a discutir uma condição urbana cada vez mais preocupante.

O problema da emergência das cidades informais está ligado diretamente com o problema do urbano, na medida em que o espaço apropriado de forma privada se torna fonte dos dilemas sociais. Albuquerque e Dias (2020) complementam sobre as consequências temporais sobre a vida social, onde:

A deterioração da qualidade de vida urbana é, em grande medida, consequência da degradação dos espaços genuinamente públicos, que vão se transfigurando para se tornar aquilo que é determinado por agentes de ideias hegemônicas. Portanto, a clareza sobre o que, de fato, é um espaço público constitui ponto de partida para se pensar em estratégias voltadas à melhoria da qualidade de vida nas cidades contemporâneas (ALBUQUERQUE E DIAS, 2020, p. 355).

Montaner e Muxí (2014) apontam o momento atual como uma hora de buscar novos protagonistas que pensam e projetam as cidades, analisando o modo de dominação segregadora englobado por pontos de vistas diversos que possam reinventar as cidades. Nesse sentido, não só as intervenções desenvolvidas da sociedade no espaço ocupam um lugar, mas a noção do comum também toma a dimensão de uma produção social, por meio de movimentos e coletivos que têm tomado os espaços urbanos das cidades na busca da construção de algo novo que possuem como cerne a questão da governamentalidade (ALVES, 2019). Dardot e Laval (2017), ao pontuarem sobre a defesa desses elementos como bem comum, ressaltam o aspecto evidente do neoliberalismo: a “pilhagem” realizada pelos governos sobre o que era então de domínio público.

Mehrotra e Benítez (2017) confirmam a questão da dominação do capital, percebida ao contemplar a paisagem das cidades, no qual o urbanismo atual aparenta estar suspenso sobre a acumulação do capital e o que existe nas cidades em fluxo constante, tendo transformações físicas que deslocam a estrutura das ideias e a relação com o desenvolvimento. A essas cidades em constantes transformações, é percebido uma nova compreensão sobre o papel dos indivíduos sobre os espaços públicos, resultando em uma articulação sobre a ocupação temporária do espaço, concebendo uma melhor sensibilidade em relação ao pensamento sobre ele, que inclui usos nunca pensados em condições urbanas de alta densidade.

Essa nova cultura política, descrita por Dardot e Laval (2017) permite a compreensão de que a riqueza não é somente gerada pelos agentes produtores do espaço, mas inclui-se nessa esfera comunidades ou sociedades que colocam o comum sobre os saberes e competências da cidade. Isso permite com que uma nova concepção surja sobre como gerir o coletivo de forma responsável e compartilhada.

Montaner e Muxí (2014) defendem a necessidade de um planejamento urbano que busque alternativas plurais, com atrativos que possam incluir sustentabilidade e estratégias de enriquecimento ao território ambiental. Centrados na concepção de que os interesses econômicos propostos pelo modelo do neoconservadorismo liberal procuram substituir não somente o entorno natural, mas centros históricos, ruas e lugares públicos que perdem seu papel até mesmo imposto pela Carta de Atenas, o trabalho, a moradia, a circulação e o entretenimento são deixados de lado pelos interesses econômicos do modelo neoliberal e que se pode chamar de bem comum torna-se um tema recorrente nos novos discursos (DARDOT e LAVAL, 2017).

Uma possível resposta seria um planejamento urbano atuando com alternativas plurais, incluindo a agenda da sustentabilidade e estratégias de enriquecimento do território ambiental. A dimensão do conceito mais inclusivo de urbanismo surge com uma lógica voltada a responder as necessidades sobre os locais nos quais as pessoas residem. O que se pode chamar de urbanismo tático, ou efêmero, são ações de pequena escala sobre os lugares que buscam resolver problemas encontrados no cotidiano (MONTANER e MUXÍ, 2014; MACÊDO e ALMEIDA, 2018). Este conceito, criado por Lydon e Garcia (2011) refere-se a uma abordagem voluntária por meio de um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local, caracterizando-se por ações de baixo risco, buscando o desenvolvimento entre os cidadãos e a construção de competências no âmbito político.

Segundo Webb (2017), o urbanismo tático não é desafiador para os processos democráticos estabelecidos ou para o desenvolvimento neoliberal. Todavia, as suas articulações possuem potencial para alterar a natureza das instituições democráticas e liberais, além de responder a essas preocupações inserindo locais políticos alternativos dentro da cidade, bem como ferramentas alternativas para resolver problemas de projetos na cidade e manifestações de modo que se mobilize objetos e o ambiente construído por modos liberais de consciência pública, em locais desinvestidos ou abandonados, desenvolvendo ações como tentativa de engenharia política. Logo, o urbanismo tático tem potencial de responder as preocupações abrindo locais políticos alternativos dentro da cidade, bem como métodos alternativos de debate político que não se resumem somente às trocas verbais e textuais, mas sim *“mais que verbais”* sobre o futuro destes locais, em torno de debates que concentram o uso da arte, de objetos e outras mudanças ambientais para desencadear respostas, muitas vezes de moradores locais ou de políticos.

Webb (2017) complementa que a concepção do tático tem o potencial de se configurar como uma ampliada ferramenta que busca influenciar o futuro dos lugares, rompendo abordagens tradicionais de planejamento na forma de experimentação de mudanças físicas, porém temporárias, como processo de compreensão dos lugares e seus possíveis futuros. Formas críticas de urbanismo tático não são apenas



direcionadas para as fraquezas das instituições democráticas estabelecidas, mas também promovem mudanças no entorno dos sistemas sociotécnicos, que por sua vez requerem engajamento reflexivo com questões como a legitimidade democrática desses sistemas, identificando como igualitários eles são e quão eficazes eles são no enfrentamento das prioridades da comunidade.

As intervenções proporcionadas pela promoção cidadã sobre o espaço permitem compreender a importância do processo equitativo na construção das cidades, começando por mudanças em pequena escala, como bairros e vizinhanças, que são convidados a ressignificar soluções ou propostas impostas por governos que, em determinadas vezes, não possuem dimensão sobre o problema com a qual está sendo tratado. O urbanismo tático permite que as ações cotidianas sejam instrumento de transformação aos problemas e percepções dos usuários do espaço, repensando a forma sobre quem planeja, usa e governa a cidade.

## **DAS RELAÇÕES ENTRE A CIDADE CINÉTICA E O URBANISMO TÁTICO**

O urbanismo tático surge como uma forma de resposta às práticas comuns ao neoliberalismo, proporcionando um controle da própria sociedade sobre as questões urbanas. A cidade se torna uma experiência prática e concreta para que as experiências inscritas no espaço sejam feitas de forma coletiva (GADANHO, 2016; LEFEBVRE, 2006).

É neste viés de pensamento que Mehrotra e Benítez (2017) identificam que a paisagem urbana expressa suas deficiências a partir do conceito que se integra a cidade cinética. Diferente das ideias atribuídas à urbanidade, que considera a cidade com um fluxo constante, a cidade cinética se encarrega das transformações físicas que descolam a estrutura das cidades sobre uma mudança heterogênea e progressiva, percebida por meios de suas práticas e reestruturando o paradigma da cidade estática.

É a própria temporalidade que move a estrutura da cidade, como “um lugar onde o desenho das soluções funcionais é mais importante que a construção do elemento arquitetônico, cujo espaço prevalece diante da rigidez; a flexibilidade é valorizada sobre o rigor” (MEHROTRA e BENÍTEZ, 2017, p.85). O que se pode entender, pela esfera do “temporal” é o próprio jeito de agir sobre a cidade. Sem a participação coletiva, a constância deixa de existir e torna-se um lugar onde as transformações são apenas proporcionadas por e para poucos. As soluções que muitas vezes não são vistas, se debruçam em transformações no agir sobre a cidade, de diversas formas, considerando a participação política como a prática que mais se destina a enxergar o que realmente pode ser controlado sobre ela.

O problema está no desafio do planejamento urbano, onde as cidades estão crescendo organicamente, resultando em lugares de baixas ascensões e assentamentos de alta densidade. As

pessoas que irão viver nesses lugares dependerão de condições urbanas, do fluxo e da transitoriedade, e a condição de transição para sua própria sobrevivência. É dessa nova perspectiva de debate que Mehrotra e Benítez (2018) buscam concentrar o tema de debate das transformações urbanas em torno da cidade cinética, buscando em sua essência o próprio direito à cidade.

A cidade cinética propõe, sobre a rubrica do urbanismo efêmero, um melhor entendimento das dimensões espaciais e temporais do urbanismo contemporâneo, enquanto ressalta a importância do papel da sociedade em compartilhar e moldar espaços na sociedade urbana (MEHROTRA E BENÍTEZ, 2018). A discussão em torno da esfera da cidade cinética e do urbanismo tático sugere que a exploração da paisagem temporal seja atrelada ao uso do espaço público, ou dos espaços abandonados, como ferramenta para a construção de aproximação social, perspectivas de mudança sobre o planejamento e participação popular na construção da cidade.

Essa construção coletiva dos espaços nos mostra o potencial de mudança sobre o futuro das cidades, dependendo menos de grandes obras de infraestrutura e mais da capacidade de imaginar o meio mais maleável em termos tecnológicos, sociais e materiais sobre espaços urbanos mais econômicos (MEHROTRA E BENÍTEZ, 2018). Essas estratégias se mostram efetivas no que diz respeito à mudança de potencial sobre os elementos essenciais da construção do ambiente urbano, gerenciando as camadas do urbanismo e acomodando as novas necessidades da sociedade.

Pfeifer (2014) identifica a ineficiência da burocracia como uma razão a qual os cidadãos podem estar tomando melhorias em suas próprias mãos. Desta forma, o urbanismo tático é uma crítica ao *status quo* das ações dos governos, levando a uma ideia de que os cidadãos possam ter mais a dizer e controlar a produção do espaço (ALISDAIRI, 2014).

De encontro a esse pensamento, é abordado por Sansão-Fontes, Pessoa e Araujo-Souza (2019), o tático como uma construção no sentido de vizinhança, onde utilizam-se das intervenções políticas de curto prazo e baixo custo para uma recuperação imediata, no redesenho ou no planejamento do espaço, abrindo-se para intervenções e mudanças futuras. Ainda que alguns cidadãos possam optar pela contribuição através da participação em consultas de planejamento, sentados em conselhos e comissões da comunidade, outros estão optando por um impacto direto liderando as iniciativas locais. Para Brenner (2016), estes movimentos não são uma técnica unificada, mas sim o que pode ser chamado de uma “rubrica geral” nos projetos urbanos emergentes, experimentais ou provisórios.

Ainda de acordo com Brenner (2016), “o urbanismo tático é mobilizado gradativamente através de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes” Assim, a construção de um planejamento a longo prazo é ocasionada por essas ações em pequena escala, estimulando em conjunto as políticas urbanas. Porém, as fontes geradoras dessas

intervenções devem estar fora de qualquer ideologia ou instituição específica. São modos de intervenção imediatos, ou “acupunturais”, em relação a essas questões locais urgentes.

A criação de ideias para a solução de problemas em pequena escala oferece um propósito maior, no qual a atuação não depende dos recursos que são destinados a corrigir determinados problemas urbanos, mas a mudança viabiliza efeitos que em larga escala são feitos através do urbanismo tático. Busca-se, assim, produção urbana com uma base criativa de apropriação sobre os conflitos nas cidades, expressados na forma de infraestrutura alternativa, usos temporários dos espaços e reivindicações sobre o direito à cidade (GADANHO, 2016).

Para implementar esse novo modelo é preciso igualmente implementar essa nova prática de urbanismo, reformulando a estrutura até então presente em cada realidade. Isso viabilizaria a integração de recortes diferenciais de profissionais e cidadãos vinculados à cidade, alcançando a interação entre agentes e atores que pensam sobre a forma de decidir e agir em cada território. É diante disso que Brenner (2016) destaca que mesmo efêmeras, as mobilizações sobre as cidades surgem como soluções para problemas pontuais, onde permitem o amadurecimento e fortalecimento de políticas urbanas.

Tratando-se da experiência vinculada ao campo de ação do planejamento urbano, a proposta mais ampla de democratização e descentralização da gestão envolve pontos de extrema complexidade, onde a natureza temporária de projetos táticos proporciona uma oportunidade para que os cidadãos possam colaborar com o espaço, sugerindo que projetos pilotos temporários possam assumir reais soluções para problemas pontuais que circundam o viver da cidade.

A natureza temporária assume uma participação expressiva sobre o bem comum, conforme Dardot e Laval (2017), quando reconhecem que é nos espaços comuns que se concretiza a articulação e transformação diária, com alto poder de codecisão. A flexibilidade do urbanismo tático funciona como um exercício a ser inserido na esfera pública. Mehrotra e Benítez (2017) citam que o urbanismo tático pode ser decisivo sobre os esquemas de ocupação do próprio espaço, onde a paisagem urbana confere meios que permitem a conectividade social.

Não obstante, não se pode deixar de visualizar o papel do urbanismo tático quando o encontramos na movimentação da cidade. O termo *cinética* exprime bem a condição urbana sob a qual a participação coletiva na gestão do planejamento urbano pode ser considerada um importante instrumento de políticas públicas. Não se trata de enfatizar o modo temporário para a qual as ações táticas são entendidas no espaço, mas a forma como ela pode se transformar e servir de própria lição para soluções futuras. É nesse ponto que a cidade em movimento é contemplada pela própria vontade do cidadão de se fazer e estar presente no próprio ambiente em que se vive, ponto no qual Mehrotra e

Benítez (2017) defendem quando elevam o termo da cidade em movimento para o reflexo das próprias ações táticas sobre o espaço.

A noção de local contém ideias complementares a um sentido de transitoriedade, para Fischer (1992, p.10):

Se o “local” se refere a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância a uma certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar, e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns.

As transições da paisagem e dos espaços urbanos se dão em diferentes escalas. Começando pela rua, as mudanças construídas pela ação das pessoas traduzem o potencial que a sociedade possui sobre o ambiente em que vive, afirmando que a participação popular pode envolver um conjunto de significados e resultados que incorporam o planejamento urbano e a gestão sobre a cidade. Nesse ponto, o direito à cidade ressurge como o conceito estrutural que articula sociedade e espaço com propósitos sobre as transformações urbanas.

Entende-se que o maior mérito da experiência aqui descrita, consiste em evidenciar a complexidade inerente ao atual planejamento urbano e suas estruturas administrativas, cuja amplitude é muito maior do que se pretende instituir sobre determinadas questões e condições específicas, ela é um processo que envolve um conjunto social que associa movimentos coletivos sobre a concepção pretendida e redemocratização do próprio espaço.

## **DO URBANISMO TÁTICO À REAFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE.**

A proposta do direito à cidade defendida por Lefebvre (2001) apresenta-se por meio de uma crítica sobre as problemáticas urbanas, onde o modo de produção das cidades precisa abrir possibilidades e caminhos sobre a construção democrática dos espaços urbanos, no qual “toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças monumentos, espaços para encontros” (LEFEBVRE, 2001, p. 27). O autor propôs um novo olhar sobre o Direito à Cidade, fundamentado no resgate de espaços públicos, onde se fortalecem as relações de encontro, trocas sociais e culturais que representem a coletividade e a individualidade compondo-se sobre a diversidade e a democracia. Em paralelo, percebe os espaços públicos que são bem-sucedidos como exemplos sobre os problemas causados pela problemática da urbanização (SANTOS, DIAS e ARRUDA, 2020).

Para Albuquerque e Dias (2020) o debate sobre os espaços públicos traz à reflexão sobre os desafios da efetivação do direito à cidade, considerando que as consequências do planejamento urbano sem participação da sociedade enfraquecem os espaços, retirando-os da perspectiva de construção social

da cidade. As políticas urbanas sobre os espaços sempre foram determinadas gradativamente, excluindo a participação democrática com suas necessidades ou soluções sobre os problemas que circundam as cidades (MACIEL e CAMERA, 2019). É possível perceber essa falta de atuação das pessoas sobre o processo de planejamento em locais da cidade que acabam sendo abandonados ou suprimidos por grandes obras de infraestrutura urbana, ou em locais à margem do planejamento, que apresentam situações conflitantes ou mesmo locais abandonados.

Assim como Lefebvre (2001) defende que as transformações das cidades passaram a não mais ser percebidas com seus elementos tradicionais, como a arte, a ciência e a filosofia, os espaços urbanos passaram a representar a acumulação de capital, sobrepujando, entremeio, as decisões que eram tomadas por grupos sociais ou indivíduos. A importância de perceber que a temporalidade e as mudanças que a cidade carrega são concebidas no direito à cidade e na cidade cinética, onde o direito defendido pelo autor está acima de interesses individuais, se concentra em direitos coletivos sobre o espaço e o modo de vida da sociedade.

Finn (2014) discorre sobre o conceito criado por Lefebvre, que é rearticulado por Harvey (2009) ao comentar como o direito à cidade tem se transformado em um movimento social com um objetivo próprio de administrar as questões urbanas, incluindo o urbanismo tático. Enquanto o debate estabelece conexões entre Lefebvre, Harvey e os movimentos sociais, Finn (2014) indica que as ações táticas não são movimentos radicais, mas um ato de sugerir que elas têm razões diferentes sob as quais são baseadas suas intervenções ao considerar que o planejamento se fundamenta em um processo transparente e participativo, onde os cidadãos e planejadores promovem visões sobre o processo de planejamento e legitimam a interação e a dinâmica urbana.

O ressurgimento da discussão acerca do direito à cidade, como propõe Harvey (2014), por meio dos movimentos sociais que emergem geralmente das ruas e dos bairros, ressaltam a existência do que James Holston (2008 apud HARVEY, 2014, p. 14) defende como uma “cidadania insurgente”, por meio de lutas que continuam a existir acerca de quem deve configurar as características da vida urbana cotidiana, que por sua vez são desassociadas dos ideais adotados por Lefebvre. Assim, este direito ao espaço ressurge, não por lealdade de seus ideais, mas sim pelo urbanismo das ruas e bairros de cidades doentes, tornando a luta das classes por seus direitos em plena atividade, como um grito de socorro e amparo dos cidadãos oprimidos pela transformação do espaço.

Esse princípio de gestão democrática da cidade, defendido pelos autores, é associado não só a uma visão social do espaço, mas também uma visão política, explorada por Prist e Bucci (2021), na qual a concepção do direito à cidade em sua pluralidade, exige que o conceito não seja apenas visto sob uma categoria jurídica. Desta forma, é possível ressignificar o significado do termo idealizado por Lefebvre,

mais tarde discutido por Harvey (2014), sobre a importância da participação coletiva sobre o individual, o que coloca em força o termo “tático” na forma com a qual as soluções para os problemas urbanos podem ser também reescritas, bem como Fischer (1992, p.107) acrescenta:

A identificação de redes sociais construtivas na localidade leva a indagações sobre o espaço político local, onde levanta-se pautas sobre convivência, cooperação, memória política local e as formas de exercício no poder. O local não é apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído.

Não necessariamente que as lutas sociais favoreçam o princípio de igualdade sobre uma cidade, considerando que o modo de produção atual fortalece determinados agentes produtores do espaço (CARLOS, SOUZA E SPOSITO, 2011), mas que reforcem a ideia de que as ações coletivas são também um modo de resolver questões e debates urbanos. É preciso ressignificar a ideia de coletivo para entender que a proposta de atuação sobre o espaço tende a tomar uma forma de escala capaz de resolver problemas locais com soluções práticas e rápidas para uma determinada região. Isso não implica que uma solução não possa ser aplicada a outros contextos, mas o que transforma o efêmero em temporal é a ideia de que a cidade pode sofrer intervenções que mais tarde também possam servir de exemplo para problemas futuros.

Prist e Bucci (2021) esboçam uma visão sobre a perspectiva de que nem toda a contribuição ou demanda pela sociedade representa de fato um passo ou uma solução sobre as soluções que podem ser propostas. Não se pode entender que uma determinada ação tática seja de fato uma demanda pública sobre uma questão, fato é que justamente o próprio conceito do termo justifica sua essência.

Atualmente, o apelo pelo direito à cidade está localizado nos movimentos de resistência, ocupação e transformação de espaços públicos, onde muitos dos problemas identificados por Lefebvre na década de sessenta foram renegados a um segundo plano. Inclusive, essas condições estabelecidas pela crise do planejamento urbano levam o direito à cidade a incluir o simples direito de existir e satisfazer as necessidades básicas, tornando o urbano uma reinvenção constante.

Fischer (1992) acrescenta que o debate sobre o poder político envolve duas esferas: dominação e soberania, em Estado e suas formas de organização. Se o Estado é produto de uma estrutura política, compondo uma interdependência entre governantes e governados, a esfera local deve também fazer parte dessa institucionalização. Desta forma, os processos em escala local podem ser articulados em macroprocessos, e não há como desconhecer que ainda existe um “vazio teórico” para identificar as interconexões entre o local, o transitório e o permanente, processos que circunscrevem e ultrapassam a esfera do local. É aí que surgem os debates entre as esferas de planejamento urbano, ações locais e o desenvolvimento da sociedade sobre as políticas públicas que gerem o espaço:

Duas são as vertentes principais desses estudos: a primeira é a própria realidade, isto é, um cenário onde as questões de poder revelam-se concretamente no cotidiano das cidades como, por exemplo, nas cidades brasileiras, onde a discussão de planos-diretores tem como pano de fundo a progressiva degradação urbana, a carência de serviços essenciais, a relativa desilusão com o poder de transformação dos movimentos sociais, o desgaste dos prefeitos por não responderem a expectativas mínimas de qualidade da vida urbana. A segunda vertente, tão importante quanto a primeira, é a rica reflexão propiciada pelas abordagens teóricas do poder local, que são desenvolvidas por grupos europeus (FISCHER, 1992, p.108)

Alisdairi (2014) considera que as práticas táticas, no contexto do pensamento do direito à cidade de Lefebvre, podem ser vistas como um avanço em direção a uma cidade próxima a da concepção do autor. O paralelo entre o conceito de direito à cidade e o urbanismo tático, onde Lefebvre (2001) defende que o espaço é produzido pela concepção, percepção e experiências, no qual as ideias sobre a concepção partem das autoridades, mas os espaços estão sempre passíveis de apropriação. O direito à cidade permite que as pessoas participem do uso e da produção do espaço urbano, assim como o controle sobre a produção do espaço significa o controle sobre as relações sociais e espaciais.

O direito à cidade, ao ser considerado como um direito da promoção da sociedade sobre a gestão das cidades permite que se modifique a realidade urbana na qual as cidades se encontram, mediante a construção de espaços urbanos justos e democráticos, a fim de preservar a participação coletiva e a busca por soluções de baixo custo que sejam ponto inicial de mudança, ou transformações efetivas sobre os problemas urbanos encontrados na realidade com a qual cada cidadão convive.

Implantar uma gestão democrática nas cidades, com participação dos cidadãos na tomada de decisões é fator preponderante e imprescindível na luta pela efetivação das funções sociais da cidade, visto que por meio de tal instituto se entende possível gerar melhores condições de vida aos cidadãos, respeitando os princípios da dignidade humana e da cidadania, entendida como a garantia dos direitos e deveres de todos os cidadãos independente das condições em que se encontrem (MACIEL e CAMERA, 2019, p. 406).

Purcell (2014) entende que o significado do contexto sobre a decisão coletiva aponta para alternativas sobre a cidade, alinhando com o que Lefebvre chamava por uma nova cidade, na qual reabsorve o Estado dentro da sociedade. As ideias do urbanismo tático ressoam em harmonia com o direito à cidade, pois o processo tático é uma alternativa sobre o governo, levando as pessoas ao centro das tomadas de decisões, em vez de apenas fazerem parte do processo de participação, indo de encontro com o que Lefebvre chama de participação ativa e real sobre a cidade.

O conceito de autogestão levantado por Lefebvre (2001) aparece na prática do urbanismo tático. A conexão com o direito à cidade proporciona às pessoas alternativas além do status quo do planejamento urbano. Os processos de participação no espaço urbano reforçam o conhecimento da sociedade onde

vivem, no qual “nenhuma intervenção urbana pode começar sem que os moradores intervenham no diagnóstico, e toda obra requer a opinião e a atividade dos usuários a fim de valorizar e qualificar sua manutenção, de modo a interpretar sua pós-ocupação” (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 219).

É importante ressaltar que as intervenções táticas não se fazem de modo informal sobre as práticas realizadas. São feitas em conjunto com a “classe criativa”, (arquitetos, designers, artistas), geralmente localizados em locais destinados a sociabilidade, tais como espaços públicos. Sassen (2016) pontua que o urbanismo tático pode se repetir em diferentes lugares, tornando-se uma solução global. Se incluso no processo de planejamento urbano, ele proporciona confiança entre os cidadãos, por meio da participação sobre as melhorias da cidade.

Para Mehrotra, Vera e Mayoral (2017) a textura que iremos perceber nas cidades é tanto de impermanências quanto de permanências. São por meio das soluções permanentes, para problemas temporários, que a cidade cinética é definida por sua elasticidade, pelo incrementalismo, pela apropriação do espaço e pelos limites difusos onde se permite muitas formas de transgressão.

A cidade cinética é então feita pelas pessoas, onde o espaço é apropriado e desapropriado. A taxonomia de transação para as cidades é também transitória, e a questão é que os espaços criados não são informais, como se apenas acontecessem, mas são espaços formais, intencionais e deliberados. É desta forma que a sociedade precisa adentrar no planejamento e o debate urbano, com questões e debates que desafiam a noção da permanência. Isso não quer dizer que as soluções sobre os problemas das cidades devem ser apenas temporárias, mas levar em conta as soluções que respondam à transitoriedade e a fluência que também projetem lugares que permitam com que momentos e espaço sejam absorvidos dentro da produção urbana.

Lydon e Garcia (2011) complementam que quando as experimentações são feitas de maneira flexível e barata, podem ser mais funcionais aquelas que demandam grandes investimentos. O urbanismo tático mostra que ações preventivas podem ser realizadas antes de grandes intervenções e as lições proporcionadas com as ações produzidas podem ser utilizadas como um primeiro passo na realização de práticas e junto com o planejamento a longo prazo.

A experiência do cotidiano sobre a cidade oferece aos habitantes os princípios do direito à cidade, onde os cidadãos podem se reapropriar do espaço urbano através de uma mobilização que controle a produção dele. A discussão sobre o direito à cidade dentro dos movimentos sociais é um elemento importante sobre a concepção de uma nova realidade urbana.

Os movimentos que deram origem ao que hoje pode-se encontrar nos movimentos coletivos, com potencial para reformular a questão urbana, engendram termos autônomos sobre as paisagens urbanas e abrem possibilidades para conceber e experimentar novas formas de viver o espaço. Embora o



urbanismo tático se delineie por um conceito contemporâneo de participação sobre a cidade, existe uma certa lógica capitalista que ainda impede com que as ações táticas sobre o bem comum se concretizem. É preciso reinventar a maneira com que a real participação popular se efetive sobre os problemas da cidade. Não basta que somente a esfera conceitual defenda a sua real importância. A questão do tático e do comum devem ser vistas sobre debates políticos que priorizam o próprio bem comum, e defendam que a melhor solução deve ser feita em plena consciência popular e informação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como premissa, cabe questionar acerca de uma espécie de permissão para que os cidadãos interajam com a cidade. Submetidos aos modelos tradicionais de urbanismo, alguns indivíduos se sentem desterritorializados nos seus espaços de origem e existência, enquanto propostas urbanísticas não surgem apenas como um fator abrangente das carências da sociedade. O espaço urbano, assim como agentes que promovem uma relação entre o espaço e a sociedade, reforçam a importância das ações do urbanismo tático espontaneamente iniciados pela própria sociedade. O grande projeto imaginado por Lefebvre, no que tange ao direito à cidade, consiste em explorar vias possíveis para um mundo urbano onde a unidade se oponha à diferença e a reunião, o encontro, a interação, substituam a luta dos elementos urbanos individuais, podendo assim formar um espaço urbano constituído de uma base social para a transformação da vida cotidiana aberta a múltiplas possibilidades de um mundo radicalmente diferente.

O fator determinante para a individualidade de um espaço ou de uma totalidade urbana deve ser algo relacionado a um vínculo local, uma identificação provocada por percepções e sensações que reflitam o espaço e suas memórias afetivas. Os lugares, redescobertos, não se confundem com o espaço físico, mas os elementos cheios de significados e significantes circunscrevem as singularidades de um processo territorializante, indispensável ao conforto físico e emocional dos indivíduos que buscam pertencer a um lugar e ter o direito de usufruí-lo.

Numa perspectiva revolucionária, a prática de assegurar o direito à cidade pode ser auxiliada por ações táticas, amparando a percepção das carências urbanas e trazendo soluções práticas, acessíveis, a partir da promoção e da organização dos movimentos de intervenção que compõem gradualmente uma inteligência coletiva. Criar recursos para a cidade, no âmbito individual ou coletivo, assegura o direito de reinventar os espaços de coexistência e sociabilidade, como uma ação do poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Embora os processos de participação popular para o planejamento urbano não sejam novidade nas sociedades democráticas, eles ainda são sobrepostos pelos interesses dos poderes hegemônicos nas

cidades em que as políticas públicas não garantem os direitos aos cidadãos de se configurarem como um ser político. Representando as cidades internas de um território urbano, a participação popular se torna um instrumento essencial às demandas sociais que visam benefícios comuns de diversidade e igualdade na construção de uma realidade mais humana, onde as pessoas são reconhecidas e legitimadas como cidadãos de uma democracia cosmopolita.

É nessa dimensão que o urbanismo tático pode se tornar duplamente eficaz, como afirmação e como crítica. Explorando os espaços intersticiais e territórios emergentes de resistência coletiva, multiplicando dimensões de análise, síntese e produção, o urbanismo tático é sempre pioneiro, sempre novo.

Caeiro (2014) reforça essa ideia ao comentar que quando essa crítica tem origem em irrequietos agentes do espaço, desassossegados por uma ansiedade democrática, surge uma modalidade de intervenções críticas e excêntricas no sentido de social, comunicacional, colaborativa, que contribui como uma graça específica para superar a condição de partida das cidades atuais. Nessa condição urbana produtiva, o ser é social e a consciência é a consequência da produção social do ser.

O interesse de encarar a cidade como um contexto complexo a que temos direito, induz a pensar que o urbanismo tático possa assumir um modelo coletivo de propostas voltadas também a promover a qualidade de vida nas cidades contemporâneas, ao reivindicar ambientes mais democráticos e inclusivos para recriar uma paisagem urbana contemporânea que contemple as necessidades emergentes de diversos setores. O urbanismo tático pode ser subentendido como um urbanismo coletivo, com viés sustentável, pelo modo que ele transforma o espaço urbano sem a necessidade de alteração das infraestruturas existentes, apenas o reordenando por meio de estratégias perceptivas. Para os governos, dentre as políticas públicas, cabe a “desburocratização” das estruturas a serem instaladas, tratando como prototipagem e implantação de melhorias, no longo prazo, daquilo que vem à parte entre os usuários dos espaços, que automaticamente são promotores de benefícios que podem ser fortes indutores para as ações permanentes e mais planejadas, possivelmente com investimentos mais robustos em uma melhoria contínua.

Contudo, a cidade exhibe paisagens transitórias. A estrutura física das cidades está em constante evolução, tornando-se cada vez mais fluida e mais aberta a transformações, deixando os núcleos urbanos mais preparados para responder e organizar as pressões que sofrem sobre a sua própria produção. No que deve significar a dimensão temporal, o efêmero ganha importância sobre como devemos usar o espaço de um modo temporal, sendo uma forma de conseguir acompanhar e fazer as transições sem se prender a apenas uma solução. Esta é a cidade cinética.

Planejar e projetar de acordo com o tempo, considerando o que o próprio tempo pode significar sobre as transições e transformações, induz que a cidade crie uma direção diferente para o que eventualmente se deseje. Como um caminho rigoroso junto ao discurso de planejamento urbano, deve-se perceber o tempo no qual a cidade não pode ser só produto ou objeto orientado, pois a arquitetura é vista como um processo estático, mas o planejamento deve ser pensado em relação a cidade cinética. A paisagem, dinâmica e cultural, pode ajudar a perceber uma transição em escala temporal e efêmera. O urbano então, também pode ser pensado a partir da arquitetura.

Observam-se as conexões e as complexidades sobre os temas aqui abordados a partir dos conceitos engendrados sobre o direito à cidade e o urbanismo tático, quando demonstram um potencial progressivo que não são na totalidade explorados na literatura. Após uma reflexão provocada por autores diversos, persiste o questionamento sobre até onde é possível elevar o conceito de urbanismo tático como instrumento do planejamento urbano por meio de ideias preliminarmente construídas de forma coletiva. Qualquer tentativa de agir sobre os anseios coletivos imediatamente traz consigo a esfera política, em um ambiente dominado pela economia neoliberal onde os agentes promotores do espaço ainda ditam as ordens do planejamento das cidades, defendendo interesses específicos.

Uma reforma urbana que considerasse o urbanismo tático como uma resposta para os problemas dos espaços públicos seria uma alternativa que poderia resultar na ampliação do campo de ação, porém efetivá-la, sem dúvida, se torna mais complexo, pois seu campo de interferências e de condicionantes seria significativamente ampliado. Na prática, nos encontramos frente a tempos em que não existe uma monomania ideológica, mas uma simultaneidade de interesses que proporcionam diferentes perspectivas, causando diferentes dinâmicas entre as áreas de atuação.

É preciso que a temporalidade assuma uma relevância no âmbito do planejamento. As intervenções efêmeras são uma resposta aos problemas urbanos que apontam para a diversidade, promovendo o desenvolvimento urbano pela forma com que reforça os laços dentro das comunidades, bairros e cidades. Representam novos meios de intervenção no espaço, transformam as inter-relações e possibilitam o direito à cidade nas decisões do planejamento urbano. O urbanismo tático subleva-se a um paradigma não só estético, mas de ação cultural, que é uma ética de intervenção no território. Confirmando a pertinência desta visão, qualquer trabalho sobre a paisagem urbana, do olhar à ação física, exige o cruzamento de diálogos entre diversas disciplinas, em seguida, fundamentalmente da noção de natureza e cultura abordadas.

As correlações entre o urbanismo tático e o direito à cidade, partem de uma postura mítica, que eleva um determinado lugar à dimensão do simbólico, manifestação visível de uma totalidade em primeira instância geográfica. Contudo, o urbanismo tático, como promotor de um lugar simbólico, se

delineia entre outras vertentes e variantes no momento em que de alguma forma está sempre implicado na memória coletiva, nos valores de um grupo determinado, na economia local. O lugar se apresenta sempre como algo construído historicamente como decisão de destinação, enquanto o cotidiano constantemente alterado por inovações dentre os problemas e soluções, traz respostas rápidas e democráticas para as frentes de implantação e de mudança de um todo.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Claudia Bentes; DIAS, Daniella Maria dos Santos. O direito à cidade nos interstícios do espaço público: parklets para que e para quem?. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 3, p. 347-375, fev. 2020.

ALISDAIRI, Lana. **A Cry and a Demand: Tactical Urbanism and the Right to the City**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano), Department of Urban Design and Planning, Universidade de Washington, 2014

ALVES, Victor Augusto Campos. Urbanismo, ideologia e o comum: notas sobre a sociedade urbana pós-capitalista. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, no. 45, pp. 439-459, 2019.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BALEM, Tiago. Microurbanismo Efêmero: Entre Táticas de Construir e Revelar a Cidade. In: VVII ENAMPUR. **Anais [...]** São Paulo, 2017, p. 1-15

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. **EURE**, Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, 2002.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?. **E-metropolis**, [S. l.], v. 27, p. 8 – 18, 2016.

BRANDLHUBER, Arno; GRAWERT, Olaf; NGO, Anh-Linh. A questão da propriedade: o controle territorial e os bens comuns. **Revista Plot**, São Paulo, n. 50, p. 150-151, set/out/2019.

CAEIRO, Mário. **Arte na Cidade**. Temas e debates: Lisboa, 2014. 1 ed.

CAVA, Bruno; MENDES, Alexandre. **A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo**. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FINN, Donovan. DIY urbanism: implications for cities. **Journal of Urbanism: International research on placemaking and urban sustainability**, v. 7, n. 4, p. 381-398, 2014.

FISCHER, Tania. Poder local: um tema em análise. **Revista De Administração Pública**, 26(4), 105 a 113, 1992.

FRIEDMANN, John. Toward a non-Euclidian mode of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 59, p.482-485, 1993.

GADANHO, Pedro. Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão. **Revista Plot**, São Paulo, v. 28, p.171-173, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela. Atores em disputas urbanas: os espaços contenciosos do urbanismo neoliberal – Introdução. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, p. 9-23, 2018.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. O direito à cidade. **Lutas sociais**, São Paulo, v.29, p. 73-89, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVY, Wilson; MARINO, Cintia de Castro. A dimensão territorial do direito à cidade / The territorial dimension of the right to the city. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 37-59, jan. 2021.

LYDON, Mike; GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2011.

MACIEL, Renata; CAMERA, Sinara. A efetivação das funções sociais da cidade por intermédio da cidadania para a gestão democrática nas cidades. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 3, p. 376-412, fev. 2020.

MACÊDO, Amanda Florêncio; ALMEIDA, André Moraes. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. In: Congresso Internacional Espaços Públicos, 1. 2018. **Anais [...]**. Recife, 2018, p. 1 – 10.

MEHROTRA, Rahul; BENÍTEZ, Felipe Vera. A obsolência do permanente: rumo a um urbanismo efêmero. **Revista Plot**, São Paulo, v. 28, p. 84-117, 2017.

\_\_\_\_\_. Ephemeral urbanismo: looking at extreme temporalities. IN: HASS, Tigran; WESTLUND, Hans. **In the post-urban world: emergente transformation of cities and regions in the innovative global economy**. New York: Routledge, 2018.

MEHROTRA, Rahul; VERA, Felipe; MAYORAL, José. **Ephemeral Urbanism: Does Permanence Matter?**. ARQ ediciones, 2016.

MONTANER, Josep.; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PFEIFER, Laura. **The planner's guide to tactical urbanism**. Canada: Montreal, 2014.

PRIST, Arthur Hirata; BUCCI, Maria Paula Dallari. The Right to the City and the public sphere: between political participation and the renewal of the legal urbanistic order. **Cadernos Metrôpole**, n. 23, 629-650, 2021.

PURCELL, Mark. Possible words: Henri Lefebvre and the Right to the City. **Journal of Urban Affairs**, v.36, n.1, p. 141-154, 2014.

SANSÃO-FONTES, Adriana; PESOA, Melisa; ARAUJO-SOUZA, Adelita. Urbanismo Tático como prueba del espacio público: el caso de las supermanzanas de Barcelona. **EURE**, Santiago, v. 45, p. 1 – 43, 2019.

SASSEN, Saskia. Complexo e incompleto: o urbanismo tático e seus espaços. **Revista Plot**, São Paulo, v. 28, p. 174-177, 2016.

SANTOS, Julyanne Cristine Barbosa de Macedo dos; DIAS, Daniella Maria dos Santos; ARRUDA, Paula Regina. Capitalismo, globalização e a proposta de direito à cidade de Henri Lefebvre. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 3, p. 87-106, fev. 2020

SCHMID, Christian. Henri Lefebvre, o direito à cidade e a nova tendência metropolitana dominante. **Revista Plot**, São Paulo, n. 7, p. 185-193, dez/2017.

WEBB, David. Tactical Urbanism: Delineating a Critical Praxis. **Planning Theory & Practice**, v.1, p. 1-16, 2017.

**Trabalho enviado em 26 de maio de 2020**

**Aceito em 24 de agosto de 2021**